

ATA DA 18ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS REALIZADA NO MINI-AUDITÓRIO DA CODEVASF

Data: 17/09/2002

Início: 10:00 h – Término:- 15:30 h

MEMBROS PARTICIPANTES:

1 –Ministério da Ciência e Tecnologia

Ausência

2 –Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Dr. Ilto Antonio Morandini

3-Ministério do Meio Ambiente

Dra. Francis Priscilla Vargas Hager (ffvargas@terra.com.br)

4-Ministério da Saúde

Dr. Johnny Ferreira dos Santos

5-Agencia Nacional de Águas - ANA

Dr. Luiz Amore (amore@ana.gov.br)

6- Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Região Nordeste

Vera Lúcia Lopes de Castro (vcastro.nat@terra.com.br)

7-Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Região Centro Oeste

Ausência

8- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Região Sudeste

Dr. Elcio Linhares Silveira (elciols@uol.com.br)

9 –Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário

Dr. João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br)

10- Pescadores e Usuários da Água para o Lazer

Leila Pereira Passos (lppassos@algar.com.br)

Indústrias

Dr. Marcelo Taylor de Lima (Marcelo.Taylor@cverd.com.br)

12-Irrigantes

Rebeca de Magalhães Brasil (rebecabrasil@zipmail.com.br)

13-Comitês, Consórcios e Associação Intermunicipal das Bacias

José Luiz Galvão de Mendonça (comitetj@recursoshidricos.sp.gov.br)

CONVIDADOS:

Dra. Célia Cristina moura Pimenta (celiacristina@ana.gov.br)

Dra. Maria Luiza Silva Ramos (malua74@hotmail.com)

Dr. Marcelo Jorge Medeiros (mjmedeiros@cprm.gov.br)

Dr. Manoel Bomfim Ribeiro (manoelbomfim@terra.com.br)

Dr. João Salles (jsrsalles@terra.com.br)

RELATORES:

Júlio Florêncio Filho(julio.florencio@cnrh-srh.gov.br)

Ednaldo Mesquita Carvalho-(ednaldo.mesquita@.gov.br)

RESUMO

Aprovação da ata da 17ª Reunião CTAS

Análise do PEC 43/00

Análise conjunta de aspectos técnicos das Moções com Presidente ABRH

Análise e revisão de Moção encaminhada pela UFCE – retirada de pauta

Análise e revisão das Moções encaminhadas pela CPRM

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Abrindo a reunião o Presidente cumprimentou aos presentes e solicitou que fosse feita a auto-apresentação. Em seguida colocou a ata da décima sétima reunião em discussão, a qual, após as retificações feitas pelas Dras. Vera, Priscilla, Célia, Maria Luiza e do Dr. José Luiz, foi

aprovada. A seguir o Presidente justificou a ausência à última reunião do Conselho; o Dr. João Salles solicitou que os assuntos referentes às Moções de interesse da CPRM fossem discutidos na presença do Dr. Oscar Cordeiro, da ABRH e como o mesmo ainda não havia chegado fosse feito uma inversão na pauta, tendo havido concordância de todos; passou-se então a discutir o assunto da PEC-43/00 no que se refere à consulta feita aos CERH e a ABRH, ABAS e ABES, tendo o Presidente lido os pronunciamentos de Alagoas, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Minas Gerais; o Dr. Luiz Amore estranhou o procedimento da Câmara em fazer as consultas alegando que este procedimento não tinha sido discutido na última reunião, tendo sido contestado por todos os presentes que compareceram à décima sétima reunião, pois o assunto foi longamente debatido, tendo na ocasião o Dr. Amore falado que a sua posição, bem como a da ANA que ele representa, era contrária a consulta feita por não ser atribuição da Câmara e também que tanto ele como a ANA são favoráveis ao PEC-43; o Dr. José Luiz entende que o assunto foi tratado mais pelo aspecto político, sem a devida consulta aos Técnicos da área de águas subterrâneas; o Dr. Elcio questiona sobre a mudança da titularidade das águas subterrâneas dos Estados para a União, justificando que não muda nada, apenas o endereço para a cobrança pelo uso do recurso hídrico subterrâneo; que a União deveria, dentro do espírito da descentralização, se preocupar com a elaboração de uma Lei Federal sobre recursos hídricos subterrâneos, onde o princípio básico deveria estar voltado para a forma que os Estados e o Distrito Federal deveriam cuidar desse bem, voltado para sua preservação e conservação, implicando em uso racional, aplicação de medidas contra a sua poluição e manutenção de seu equilíbrio físico-químico e biológico, em relação aos demais recursos naturais, bem como alocar recursos financeiros para elaboração de programas permanentes, no campo da pesquisa, fiscalização, extração e acompanhamento de sua interação com as águas superficiais e com o ciclo hidrológico, nos moldes da legislação que ficou arquivada no Congresso por mais de 10 anos; a Dra. Maria Luiza assim se pronunciou: Gostaria fazer duas considerações: a primeira se refere às consultas feitas pela CTAS sobre a PEC-43 - vejo que a consulta feita aos CERH é totalmente legítima uma vez que estes Conselhos possuem um representante por região nesta Câmara e acredito que na discussão de questões polêmicas e delegadas todos os CERH deveriam ser consultados. Quanto a consulta feita às associações ABAS, ABRH e ABES, acredito que se enquadra na “consulta a especialistas,” de acordo com o Art. 25 do regimento interno do CNRH, além disso não concordo que esta consulta deve ser estendida a todos os Ministérios porque isso me parece que extrapola a competência da CTAS. Em segundo lugar, reforço a colocação do Dr. Elcio, pois concordo que a aprovação da PEC não muda as diretrizes da gestão, conservação e preservação dos aquíferos. Na minha opinião os Estados têm plena condição de praticar a gestão compartilhada das águas subterrâneas; neste ponto a reunião foi suspensa para o almoço, tendo sido reiniciada na parte da tarde já com a presença do Dr. Oscar Cordeiro, tendo o mesmo esclarecido que os seus questionamentos na reunião do Conselho foram com referência à forma de apresentação, pois acha os programas apresentados pela CPRM não deviam ter o nome daquela instituição. Com referência ao pleito para criação de um curso de Doutorado na UFC, embora não tenha sido solicitado uma ingerência e sim um apoio, acha que seria muito mais aceitável se fosse mais genérico, ou seja, para criação do referido curso no Nordeste, e não especificamente no Ceará; falou ainda que existem setenta Universidades pleiteando a mesma coisa; com referência aos programas para as regiões Carboníferas de Santa Catarina e de Águas Subterrâneas para o Nordeste os mesmos deveriam ser mais genéricos constando das Moções apoio a Programas e não o Programa; a Dra. Leila falou que entende o ponto de vista do Dr. Oscar, mas não concorda com o mesmo, com referência à Moção do Ceará acha que uma Moção individualizada abriria um precedente e iriam chover solicitações idênticas dificultando a atuação do Conselho; o Presidente ponderou que deve ser acrescida à Moção o seguinte: “desde que cumpridas as exigências normais”; a Dra. Célia Cristina transcreveu a preocupação levantada pelo Dr. Jair Sarmento na VIII Reunião Extraordinária explicando que trata-se de preocupação em não particularizar Instituições e sim princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos. Não se questiona a forma de atuação das Instituições e das pessoas que trazem as minutas de Moção ao CNRH. Questiona-se a particularização de ações e projetos expressas em Moções para que não transpareça que sejam ações de reserva de mercado; o Dr. Luiz Amore discorda da necessidade da Câmara se envolver com estas Moções e que a mesma deveria avançar nos estudos sobre águas subterrâneas e não tentar resolver problemas específicos; o Dr. Taylor discorda da maneira como foi feito o encaminhamento o qual foi muito bem apresentado pela CPRM; entende que a mesma quer

apenas apoio para a implementação dos dois programas; o Dr. Salles falou que CPRM tem a CTAS como uma parceira, que a mesma não visa lucro e sim prestar serviços a outros órgãos visando o desenvolvimento do País; em seguida falou sobre o programa relativo à região carbonífera de Santa Catarina explicando que o mesmo foi elaborado em função de ação movida pela Procuradoria, na qual a União, o Estado e as Mineradoras são réus, o que motivou um Decreto Presidencial criando um Comitê Gestor para apresentar soluções visando resolver o problema, de acordo com o que está contido no programa em discussão; com referencia ao programa de Águas Subterrâneas para o Nordeste o mesmo já está sendo implementado nos Estados do Ceará e de Sergipe necessitando de apoio visando a sua dinamização; o Dr. Oscar Cordeiro acha que o Conselho tem sinalizado muito pouco as suas prioridades, causando um certo desgaste no vai e vem das Moções porém isto não quer dizer que está havendo um menosprezo aos trabalhos das CTs; com relação ao curso de Doutorado na UFC o processo é bem mais sério pois para que o mesmo tenha o envolvimento do Conselho, teria que ter a avaliação da CAPES, pois sem essa avaliação seria uma leviandade do Conselho a aprovação da Moção; com relação as outras duas Moções voltou a salientar que não deve haver individualização de Instituições e sim apoio a programas; o Dr. Taylor salientou que o Conselho não está demandando das Câmaras Técnicas, salientando que os segmentos do mesmo que não estão representados nas Câmaras têm dificuldade de analisar as matérias vindas das mesmas; acha ainda que as Moções não devem identificar Instituições e sim programas; o Dr. Amore também salientou a questão da individualização, falando ainda que não se pode particularizar; a Dra Leila falou do efeito positivo das Moções, salientando a que aprovou a Carta do Rio Quente e Caldas Novas, a qual particularizou aquela região e hoje os efeitos já são sentidos; o Dr. Johnny salientou que embora não tenha conhecimento do assunto compartilha com a opinião do Dr. Oscar Cordeiro principalmente com relação ao caso da UFC; com relação ao programa da Região Carbonífera tendo em vista a existência de um Decreto o mesmo deverá ser levado ao Conselho com as devidas explicações; depois de todas essas considerações ficou acertado que seriam feitas modificações nas duas Moções visando atender as recomendações do Conselho as quais foram feitas ainda no decorrer da reunião, tendo sido postas em votação; a que trata do Programa de Águas Subterrâneas do Nordeste foi aprovada apenas com um voto contra do Dr. Amore; a que trata da Região Carbonífera foi aprovada por unanimidade. Foi ainda deliberado que a da UFC seria retirada de pauta para um aprofundamento do assunto. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

João Carlos Simanke de Souza
Presidente

Júlio Florêncio Filho
Relator